

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	42
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	270.196.214
Preferenciais	0
Total	270.196.214
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	2.222.251	2.131.079
1.01	Ativo Circulante	56.591	45.305
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	18.349	12.944
1.01.03	Contas a Receber	23.164	17.422
1.01.03.01	Clientes	23.164	17.379
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	43
1.01.03.02.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	0	43
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.929	10.569
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.929	10.569
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.798	3.649
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	351	721
1.01.08.03	Outros	351	721
1.02	Ativo Não Circulante	2.165.660	2.085.774
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	41.462	39.217
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	37.174	34.982
1.02.01.01.03	Aplicação Financeira Restrita	37.174	34.982
1.02.01.03	Contas a Receber	3.554	3.501
1.02.01.03.01	Clientes	3.554	3.501
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	734	734
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	734	734
1.02.03	Imobilizado	3.143	3.155
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.143	3.155
1.02.04	Intangível	2.110.807	2.032.276
1.02.04.01	Intangíveis	2.110.807	2.032.276
1.02.05	Diferido	10.248	11.126

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	2.222.251	2.131.079
2.01	Passivo Circulante	165.572	167.527
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.123	6.718
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.123	6.718
2.01.02	Fornecedores	23.653	27.915
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.653	27.915
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.804	4.119
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.805	2.090
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	3.805	2.090
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.999	2.029
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	82.294	80.761
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	82.294	80.761
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	82.294	80.761
2.01.05	Outras Obrigações	35.801	38.485
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	22.118	21.491
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	558	68
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	21.560	21.423
2.01.05.02	Outros	13.683	16.994
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	12.006	14.445
2.01.05.02.05	Verba de Fiscalização	1.172	1.072
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	505	111
2.01.05.02.07	Adiantamento de Seguros	0	1.366
2.01.06	Provisões	10.897	9.529
2.01.06.02	Outras Provisões	10.897	9.529
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	1.597	0
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos	9.300	9.529
2.02	Passivo Não Circulante	1.399.769	1.400.917
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	821.518	838.719
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	821.518	838.719
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	821.518	838.719
2.02.02	Outras Obrigações	449.748	435.594
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	445.436	432.770
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	445.436	432.770
2.02.02.02	Outros	4.312	2.824
2.02.02.02.03	Outros	4.312	2.824
2.02.03	Tributos Diferidos	59.857	62.009
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	59.857	62.009
2.02.04	Provisões	68.646	64.595
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.051	1.315
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	524	882
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	527	433
2.02.04.02	Outras Provisões	67.595	63.280
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção	67.595	63.280
2.03	Patrimônio Líquido	656.910	562.635
2.03.01	Capital Social Realizado	506.785	413.785
2.03.04	Reservas de Lucros	150.125	148.850

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.04.01	Reserva Legal	9.887	9.887
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	140.238	138.963

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	144.161	163.972
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-122.822	-142.675
3.03	Resultado Bruto	21.339	21.297
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.800	-5.561
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.184	-5.549
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.710	-5.116
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-474	-433
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.384	69
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-81
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	18.539	15.736
3.06	Resultado Financeiro	-16.572	-14.496
3.06.01	Receitas Financeiras	2.841	1.817
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.413	-16.313
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.967	1.240
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-693	-417
3.08.01	Corrente	-2.845	-1.665
3.08.02	Diferido	2.152	1.248
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.274	823
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.274	823
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00472	0,00393
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00472	0,00393

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	1.274	823
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.274	823

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	15.341	13.510
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	41.544	32.734
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	1.274	823
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	19.665	17.577
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	0	122
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-2.152	-1.248
6.01.01.07	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-1.149	-832
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	6.395	4.978
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de empréstimos	12.081	10.473
6.01.01.11	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	446	752
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	40	372
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	4.944	-283
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-26.371	-19.621
6.01.02.01	Contas a receber	-5.492	-464
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	43	9
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-1.146	-2.508
6.01.02.05	Depósitos judiciais	0	-18
6.01.02.06	Fornecedores	-2.476	4.681
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	-104	-24
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-439	141
6.01.02.09	Obrigações sociais	405	-778
6.01.02.10	Obrigações fiscais	541	97
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.319	-5.959
6.01.02.14	Sinistros Recebidos	-1.366	660
6.01.02.15	Outras contas a pagar	4.853	30
6.01.02.17	Taxa de Fiscalização	0	59
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-304	-217
6.01.02.19	Despesas antecipadas sobre empréstimos	0	89
6.01.02.20	Pagamento de juros	-19.567	-15.419
6.01.03	Outros	168	397
6.01.03.01	Estoques	0	140
6.01.03.02	Despesas antecipadas	-149	151
6.01.03.04	Outros créditos	370	106
6.01.03.05	Outras contas a receber	-53	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-84.054	-98.091
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-125	-504
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-82.714	-96.093
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-1.215	-1.709
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	0	215
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	74.118	58.545
6.03.01	Captações de empréstimos	0	43.945
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-18.882	-15.400
6.03.07	Captações de empréstimos empresas ligadas	0	30.000
6.03.14	Aumento de Capital	93.000	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.405	-26.036
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.944	62.830
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	18.349	36.794

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	413.785	0	148.850	0	0	562.635
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	413.785	0	148.850	0	0	562.635
5.04	Transações de Capital com os Sócios	93.000	0	0	0	0	93.000
5.04.01	Aumentos de Capital	93.000	0	0	0	0	93.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.275	0	1.275
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.275	0	1.275
5.07	Saldos Finais	506.785	0	148.850	1.275	0	656.910

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	358.785	0	160.393	0	0	519.178
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	358.785	0	160.393	0	0	519.178
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	823	0	823
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	823	0	823
5.07	Saldos Finais	358.785	0	160.393	823	0	520.001

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	152.757	170.232
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	78.197	70.803
7.01.02	Outras Receitas	74.560	99.429
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	72.271	99.424
7.01.02.02	Outras	2.289	5
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-98.900	-122.301
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-13.276	-13.919
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.674	-1.117
7.02.04	Outros	-82.950	-107.265
7.02.04.02	Custo dos Serviços de Construção	-72.271	-99.424
7.02.04.04	Custo da concessão	-5.488	-4.921
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-4.944	283
7.02.04.06	Outros	-247	-3.203
7.03	Valor Adicionado Bruto	53.857	47.931
7.04	Retenções	-19.665	-17.577
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.665	-17.577
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	34.192	30.354
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	21.924	8.815
7.06.02	Receitas Financeiras	2.841	1.817
7.06.03	Outros	19.083	6.998
7.06.03.02	Juros Capitalizados	19.083	6.998
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	56.116	39.169
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	56.116	39.169
7.08.01	Pessoal	6.783	7.813
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.915	6.122
7.08.01.02	Benefícios	1.475	1.323
7.08.01.03	F.G.T.S.	393	368
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.708	7.410
7.08.02.01	Federais	3.761	3.870
7.08.02.02	Estaduais	5	0
7.08.02.03	Municipais	3.942	3.540
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	24.037	17.783
7.08.03.01	Juros	12.081	10.474
7.08.03.02	Aluguéis	146	674
7.08.03.03	Outras	11.810	6.635
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	9.163	6.635
7.08.03.03.03	Outras	2.647	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.274	823
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.274	823
7.08.05	Outros	16.314	5.340
7.08.05.01	Juros - Mutuos	6.394	4.977
7.08.05.02	Juros Capitalizados - Mutuos	9.920	363

Comentário do Desempenho



Registro, 11 de maio de 2016 – A Autopista Régis Bittencourt S.A. empresa do grupo Arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2016 (1T16). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- No 1T16 o tráfego pedagiado foi de 31.259 mil veículos equivalentes. Em relação ao 1T15, houve uma redução no fluxo de veículos de 11,7%, que se deve principalmente pela retração econômica do país. O 1T16 também apresentou uma redução do tráfego pedagiado de 4,5% em relação ao 4T15.

Receita Operacional Bruta

- Apesar do aumento nas receitas de pedágio, oriundas do reajuste de tarifa ocorrido ao final de dezembro de 2015, no 1T16 a Autopista Régis Bittencourt S.A. obteve uma receita bruta de R\$ 151,3 milhões. Em relação ao 1T15, houve uma redução de 11,1% receita bruta, devido o decréscimo de 27,3% das receitas de obras, que acompanham o volume de obras, a qual foi registrada em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, conforme comentado nas notas explicativas, no momento em que a concessionária contrata serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado, ou seja, essa receita tem como contrapartida o custo dos serviços de construção de mesmo valor, não impactando o EBITDA da Companhia. Em relação ao 4T15, houve uma redução da receita bruta em 7,8% decorrente principalmente pelo decréscimo das receitas de obras em 26,4%.

Custos e Despesas

- Os custos e despesas no 1T16 reduziram 18,9% em relação ao 1T15, em função da (i) redução em 28,1% das despesas administrativas; (ii) aumento de 1,3 milhões nas outras receitas operacionais líquidas, principalmente devido a baixa de sinistros recebidos; e (iii) redução em 27,3% nos custos dos serviços de construção, devido a redução do volume de obras. O custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, conforme comentado nas notas explicativas tem como contrapartida uma receita de obras de mesmo valor, não impactando o resultado da Companhia. Em relação ao 4T15, os custos e despesas reduziram 20,5% em função da redução nos custos dos serviços de construção e das despesas administrativas.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA e o EBITDA Ajustado aumentaram 29% e 30,6% em relação ao 1T15 principalmente em função do aumento nas receitas de pedágio, redução das despesas administrativas e aumento das outras receitas operacionais líquidas, conforme mencionado anteriormente. Em relação ao 4T15, o EBITDA e EBITDA Ajustado aumentaram 67,6% e 45,8% devido ao aumento nas receitas de pedágio e redução das despesas administrativas.

Comentário do Desempenho



- Adicionalmente, destacamos que o EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado foi calculado a partir da reversão do efeito desta provisão e se equivale ao EBITDA publicado anteriormente à adoção do ICPC 01.

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro do 1T16 apresentou aumento de 14,3% em relação ao 1T15 decorrente do aumento das despesas financeiras, principalmente pelas novas liberações do BNDES para execução de obras e o aumento dos juros sobre os mútuos, resultado do aumento da taxa CDI, que é a taxa base para o cálculo dos juros sobre os mútuos tomados junto à Controladora. O resultado financeiro teve uma redução de 18,4% em relação ao 4T15, reflexo do decréscimo nas despesas financeiras e do aumento das receitas financeiras devido à atualização monetária de parcelas de parcelas retroativas de receita acessória de cabos ópticos e impostos a recuperar.

Lucro Líquido

- A Companhia obteve um lucro de R\$ 1,2 e R\$ 10,8 milhões em comparação ao 1T15 e 4TRI15 respectivamente. A variação de 113,3% em relação ao 4TRI15 é justificada principalmente pelo aumento das receitas de pedágio, redução dos custos e despesas e decréscimo do resultado financeiro, conforme justificativas apresentadas anteriormente.

Endividamento

- A Autopista Régis Bittencourt S.A. encerrou o primeiro trimestre com um endividamento de R\$ 903,8 milhões contra R\$ 919,5 milhões no trimestre anterior. A redução refere-se aos pagamentos dos recursos junto ao BNDES.
- O endividamento bruto e líquido do 1T16 foi, respectivamente, de R\$ 903,8 e R\$ 848,3 milhões e no 4T15 foi de R\$ 919,5 e R\$ 871,6 milhões.

Investimentos

- No primeiro trimestre de 2016, foram investidos R\$ 82,8 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão, distribuídos principalmente em:

a) execução de obras de melhoramentos, sendo as principais:

- duplicação da Serra do Cafezal;
- ruas laterais;
- trevos em desnível;
- dispositivos de interseção.

- b)** execução de obras de manutenção de rodovia, utilizados principalmente na realização de obras de pavimentação, elementos de proteção e segurança, sistemas de drenagem e obras de arte correntes, terraplenos e estruturas de contenção, canteiro central e faixa de domínio.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T16	4T15	1T15	Var% 1T16/4T15	Var% 1T16/1T15
Autopista Regis Bittencourt S.A.	31.259	32.737	35.393	-4,5%	-11,7%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	1T16	4T15	1T15	Var% 1T16/4T15	Var% 1T16/1T15
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	151.373	164.204	170.232	-7,8%	-11,1%
Receitas de pedágio	78.197	65.936	70.803	18,6%	10,4%
Receitas de obras	72.271	98.188	99.424	-26,4%	-27,3%
Outras Receitas	905	80	5	1031,3%	18000,0%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(7.212)	(6.186)	(6.260)	16,6%	15,2%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	144.161	158.018	163.972	-8,8%	-12,1%
CUSTOS E DESPESAS	(105.957)	(133.298)	(130.659)	-20,5%	-18,9%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(26.071)	(24.965)	(26.090)	4,4%	-0,1%
Custo dos serv. de construção	(72.271)	(98.188)	(99.424)	-26,4%	-27,3%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(3.581)	(6.018)	(4.983)	-40,5%	-28,1%
Remuneração da administração	(474)	(463)	(433)	2,4%	9,5%
Despesas tributárias	-	(16)	(81)	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(4.944)	(4.864)	283	1,6%	-1847,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.384	1.216	69	13,8%	1905,8%
EBITDA	38.204	24.720	33.313	54,5%	14,7%
Margem EBITDA	25,2%	15,1%	19,6%	67,6%	29,0%
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(19.665)	(18.871)	(17.577)	4,2%	11,9%
Depreciação de imobilizado	(137)	(142)	(135)	-3,5%	1,5%
Amortização do intangível	(18.650)	(17.866)	(16.558)	4,4%	12,6%
Amortização do diferido	(878)	(863)	(884)	1,7%	-0,7%
RESULTADO FINANCEIRO	(16.572)	(20.305)	(14.496)	-18,4%	14,3%
Receitas financeiras	2.841	1.522	1.817	86,7%	56,4%
Despesas financeiras	(19.413)	(21.827)	(16.313)	-11,1%	19,0%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	1.967	(14.456)	1.240	-113,6%	58,6%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(693)	4.891	(417)	-114,2%	66,2%
Corrente	(2.845)	(131)	(1.665)	2071,8%	70,9%
Diferido	2.152	5.022	1.248	-57,1%	72,4%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.274	(9.565)	823	-113,3%	54,8%

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	1T16	4T15	1T15	Var% 1T16/4T15	Var% 1T16/1T15
EBITDA ¹	38.204	24.720	33.313	54,5%	14,7%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	4.944	4.864	(283)	1,6%	-1847,0%
EBITDA Ajustado ²	43.148	29.584	33.030	45,8%	30,6%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Régis Bittencourt é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas Autopista Régis Bittencourt S.A.

***Autopista Régis Bittencourt
S.A.***

Informações trimestrais para o período findo em
31 de março de 2016

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139 nº 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A., a qual continuará garantindo a execução de seu programa de investimentos no portfólio atual de concessões. A Sociedade encontra-se em fase inicial onde há necessidade de um alto volume de investimentos. Por isso, a Sociedade necessita captar recursos tanto de terceiros como do seu acionista Arteris S.A. O grupo Arteris conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica das suas subsidiárias e a capacidade de gerarem caixa para prover recursos suficientes, de modo que a Sociedade possa lidar com suas obrigações e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com os contratos de concessão assinados.

No período de três meses findo em 31 de março de 2016 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 11 de maio de 2016.

2. CONCESSÕES

No período de três meses findo em 31 de março de 2016 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2015, além do mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$8.436. A partir de 31 de março de 2016 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$142.006 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima em 31 de março de 2016, o montante de R\$1.010.056 (R\$1.066.226 em 31 de dezembro de 2015) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$656.590 (R\$645.959 em 31 de dezembro de 2015) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

Notas Explicativas**3. BASE PARA PREPARAÇÃO**Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração da Sociedade apresenta todas as informações relevantes das informações trimestrais, e essas informações correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As demais informações relativas a: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e, portanto, devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir.

Ativos e passivos ajustados ao seu valor presente

Os saldos reais e a valor presente de ativos e passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

<u>Circulantes</u>	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	9.610	9.839
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>9.300</u>	<u>9.529</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(310)</u>	<u>(310)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	1.722	-
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>1.597</u>	<u>-</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(125)</u>	<u>-</u>
Contas a receber (Receitas acessórias) - real	4.013	2.847
Contas a receber (Receitas acessórias) a valor presente	<u>3.714</u>	<u>2.664</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(299)</u>	<u>(183)</u>
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para manutenção em rodovias - real	79.902	75.650
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>67.595</u>	<u>63.280</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(12.307)</u>	<u>(12.370)</u>
Contas a receber (Receitas acessórias) - real	3.674	4.030
Contas a receber (Receitas acessórias) a valor presente	<u>3.554</u>	<u>3.501</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(120)</u>	<u>(529)</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Caixa e contas bancárias	2.148	1.404
Aplicações financeiras (*)	<u>16.201</u>	<u>11.540</u>
Total	<u>18.349</u>	<u>12.944</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundos de investimentos exclusivos, compostos basicamente por títulos públicos federais e títulos atrelados ao CDI, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,52% da variação do CDI no período.

Notas Explicativas**6. CONTAS A RECEBER**

Estão representadas por:

	31.03.2016		31.12.2015	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	17.496	-	13.695	-
Cupons de pedágio a receber	1.089	-	822	-
Cartões de pedágio a receber	865	-	198	-
Receitas acessórias a receber (a)	3.714	3.554	2.664	3.501
Total	<u>23.164</u>	<u>3.554</u>	<u>17.379</u>	<u>3.501</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24 c.

(a) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2016. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que pode ocorrer em um período maior conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

Passivo não circulante

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Bases do passivo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	43.653	47.247
Provisão de participação nos lucros	2.908	2.638
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	1.051	1.315
Outras provisões	363	336
Provisão para manutenção	69.192	63.280
Ajuste dos encargos financeiros	3.094	3.499
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças passivas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	(318.245)	(318.245)
Amortização passivas dos ajustes - mudança de práticas contábeis	21.899	17.516
Estorno de capitalização de juros	34	34
Base de cálculo	<u>(176.051)</u>	<u>(182.380)</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(59.857)</u>	<u>(62.009)</u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

(b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

2016	(3.579)
2017	(3.487)
2018	(3.487)
2019	(3.487)
2020	(3.487)
A partir de 2021	(42.330)
	<u>(59.857)</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de março de 2016 o saldo é de R\$37.174 (R\$34.982 em 31 de dezembro de 2015), e essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 98,32% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de março de 2016 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Costo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2015	953	957	217	1.175	2.154	5.456
Adições	-	-	-	-	125	125
Saldo em 31.03.2016	<u>953</u>	<u>957</u>	<u>217</u>	<u>1.175</u>	<u>2.279</u>	<u>5.581</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2015	(494)	(669)	(199)	(132)	(807)	(2.301)
Depreciações	(24)	(23)	(2)	(28)	(60)	(137)
Saldo em 31.03.2016	<u>(518)</u>	<u>(692)</u>	<u>(201)</u>	<u>(160)</u>	<u>(867)</u>	<u>(2.438)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2015	459	288	18	1.043	1.347	3.155
Saldo em 31.03.2016	435	265	16	1.015	1.412	3.143
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%	-

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de março de 2016 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento a fornecedor	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2015	1.452.514	1.675	775.808	-	2.229.997
Adições	26.033	10	65.438	5.700	97.181
Saldo em 31.03.2016	<u>1.478.547</u>	<u>1.685</u>	<u>841.246</u>	<u>5.700</u>	<u>2.327.178</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(196.705)	(1.016)	-	-	(197.721)
Amortizações	(18.589)	(61)	-	-	(18.650)
Saldo em 31.03.2016	<u>(215.294)</u>	<u>(1.077)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(216.371)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	1.255.809	659	775.808	-	2.032.276
Saldo em 31.03.2016	1.263.253	608	841.246	5.700	2.110.807
Taxas de amortização - a.a.	3,6%	20%	-	-	-

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a duplicação da Serra do Cafezal.

Notas Explicativas

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	5.568	5.568
Consumo	5.129	5.129
Custos contratuais da concessão	9.101	9.101
Depreciações e amortizações	115	115
Conservação da rodovia	13.309	13.309
Serviços de terceiros	1.742	1.742
Tributários	2.378	2.378
Resultados financeiros	(1.880)	(1.880)
Outros gastos	(124)	(124)
	<u>35.338</u>	<u>35.338</u>
Amortização acumulada	<u>(25.090)</u>	<u>(24.212)</u>
	<u>10.248</u>	<u>11.126</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.03.2016</u>		<u>31.12.2015</u>	
			<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,21% a.a.	dezembro/2024	82.477	822.911	80.944	840.158
			<u>82.477</u>	<u>822.911</u>	<u>80.944</u>	<u>840.158</u>
Custo de transação			(183)	(1.393)	(183)	(1.439)
Total			<u>82.294</u>	<u>821.518</u>	<u>80.761</u>	<u>838.719</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2016, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2017	63.747
2018	91.094
2019	98.588
2020	106.697
A partir de 2021	461.392
	<u>821.518</u>

Em 31 de março de 2016 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

O item “h” das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 31 de março de 2015 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. Conforme mencionado no entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

Notas Explicativas

13. FORNECEDORES

Em 31 de março de 2016, o saldo de R\$23.653 (R\$27.915 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui a aquisição de itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 e as transações realizadas nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A. (a)	-	43
Total	<u>-</u>	<u>43</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	20.893	19.692
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (a)	667	1.731
Autopista Litoral Sul S.A.	6	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda (b)	552	68
Total	<u>22.118</u>	<u>21.491</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	166.002	161.772
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	279.434	270.998
Total	<u>445.436</u>	<u>432.770</u>

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	31.03.2016			31.03.2015		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)	Despesas gerais (a)
Arteris S.A.	-	6.395	11.770	-	4.978	480
Latina Manutenção de Rodovias Ltda	10	-	-	20	-	-
Total	10	6.395	11.770	20	4.978	480

- a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris.
- b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- c) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissão de debêntures, de série única e não conversíveis em ações, celebrado com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do spread de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros da 2ª emissão em 27 de abril de 2017, da 3ª emissão em 25 de setembro de 2017, da 4ª emissão em 19 de agosto de 2017, da 5ª emissão em 18 de setembro de 2017 e da 6ª emissão em 19 de outubro de 2017.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.03.2016	31.12.2015
27.04.2015	abril/2017	CDI + 1,50% a.a.	50.000	6.110	4.409
27.05.2015	abril/2017	CDI + 1,50% a.a.	30.002	3.334	2.325
25.06.2015	junho/2017	CDI + 1,50% a.a.	37.000	3.215	2.485
03.07.2015	junho/2017	CDI + 1,50% a.a.	43.000	3.715	2.754
07.07.2015	abril/2017	CDI + 1,50% a.a.	20.000	2.885	1.261
19.08.2015	agosto/2017	CDI + 1,50% a.a.	20.000	1.588	938
18.09.2015	setembro/2017	CDI + 1,50% a.a.	40.000	2.723	1.439
19.10.2015	outubro/2017	CDI + 1,50% a.a.	15.000	862	385
			255.002	24.432	15.996

- d) Decorrentes de contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,4% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2016 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2016		31.12.2015	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
29.09.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	4.000	4.078	4.000	3.844
06.10.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	7.000	7.104	7.000	6.695
27.10.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	17.000	17.013	17.000	16.027
05.11.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	7.000	6.960	7.000	6.555
27.11.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	22.000	21.558	22.000	20.294
05.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	7.000	6.821	7.000	6.420
19.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	24.000	23.170	24.000	21.801
07.07.2014	dezembro/2018	CDI + 1,4% a.a.	10.000	2.191	10.000	1.828
			<u>98.000</u>	<u>88.895</u>	<u>98.000</u>	<u>83.464</u>

No decorrer do período findo em 31 de março de 2016, a Sociedade reconheceu o montante de R\$474 (R\$433 em 31 de março de 2015), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$2.908 e R\$2.638.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o exercício que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

Notas Explicativas

15. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 31 de março de 2016 é conforme segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.03.2016</u>
Cíveis	433	530	(239)	(197)	527
Trabalhistas	882	116	(367)	(107)	524
Total	<u>1.315</u>	<u>646</u>	<u>(606)</u>	<u>(304)</u>	<u>1.051</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$3.389 em 31 de março de 2016 (R\$2.361 em 31 de dezembro de 2015).

Os depósitos judiciais no montante de R\$734 (R\$734 em 31 de dezembro de 2015) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

Notas Explicativas

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimento durante o período findo em 31 de março de 2016 é conforme segue:

	Circulante	Circulante	Não circulante
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2015	9.529	-	63.280
Adições/Reversões	-	-	4.944
Utilizações	-	-	-
Ajuste a valor presente	(229)	-	968
Transferências	-	1.597	(1.597)
Saldo em 31.03.2016	<u>9.300</u>	<u>1.597</u>	<u>67.595</u>

16. SINISTROS RECEBIDOS

Em 31 de março de 2016, a Sociedade não apresentava saldo referente a sinistros recebidos. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de R\$1.366 referia-se a indenizações recebidas do Itaú Seguros S.A., da Sul América Seguros S.A., Royal & SunAlliance Seguros Brasil S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais sinistrados ao longo da rodovia.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de março de 2016 é de R\$506.785 e em 31 de dezembro de 2015 é de R\$413.785. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de março de 2016 estão demonstradas a seguir:

	31.03.2016		
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	270.196.214	270.196.214	100%

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Forma da integralização	Valor	Quantidade de ações integralizadas
20.01.2016	Dinheiro	36.000	14.827.018
22.02.2016	Dinheiro	16.000	6.584.362
21.03.2016	Dinheiro	41.000	16.872.428
		<u>93.000</u>	<u>38.283.808</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Notas Explicativas

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Receita de serviços prestados	78.197	70.803
Receita de serviços de construção	72.271	99.424
Outras receitas	905	5
	<u>151.373</u>	<u>170.232</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Receita bruta	151.373	170.232
ISSQN	(3.942)	(3.540)
PIS	(546)	(461)
COFINS	(2.521)	(2.130)
Outras deduções	(203)	(129)
Receita líquida	<u>144.161</u>	<u>163.972</u>

Notas Explicativas**19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Despesas:		
Com pessoal	(1.723)	(2.704)
Serviços de terceiros	(586)	(619)
Manutenção de bens e conservação	(326)	(107)
Depreciação / Amortização	(129)	(133)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(40)	(372)
Seguros/Garantias	(3)	-
Consumo	(347)	(345)
Transportes	(109)	(107)
Outros	(447)	(729)
Total	<u>(3.710)</u>	<u>(5.116)</u>
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(72.271)	(99.424)
Com pessoal	(4.586)	(4.687)
Serviços de terceiros	(9.052)	(8.221)
Conservação	(4.332)	(5.080)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(658)	(630)
Consumo	(870)	(1.148)
Transportes	(1.043)	(1.073)
Verba de fiscalização	(3.517)	(3.183)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(509)	(246)
Seguros / Garantias	(1.044)	(1.236)
Provisão de manutenção em rodovias	(4.944)	283
Depreciação / Amortização	(19.536)	(17.444)
Outros	(460)	(586)
Total	<u>(122.822)</u>	<u>(142.675)</u>

Notas Explicativas**20. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representados por:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	1.514	1.798
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	293	-
Juros ativos	661	-
Outras receitas	373	19
Total	<u>2.841</u>	<u>1.817</u>
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(18.476)	(15.451)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(739)	(752)
Outras despesas	(198)	(110)
Total	<u>(19.413)</u>	<u>(16.313)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	29.621	3.499
Juros capitalizados	19.083	6.998
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(34.238)	(30.806)

Notas Explicativas**22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015 é como segue:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.967	1.240
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(669)	(422)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	(24)	5
Despesa contabilizada	<u>(693)</u>	<u>(417)</u>
 Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(2.845)	(1.665)
Diferido	2.152	1.248
	<u>(693)</u>	<u>(417)</u>

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em Lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2015.

23. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizadas para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do período	1.274	823
Número de ações durante o ano	<u>270.196</u>	<u>209.397</u>
Lucro por ação	<u>0,00472</u>	<u>0,00393</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 31 de março de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

Notas Explicativas

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Notas Explicativas

Ativos	Nível (*)	31.03.2016	31.12.2015
		Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	18.349	12.944
Aplicações financeiras	Nível 2	37.174	34.982
Partes relacionadas	Nível 2	-	43
Contas a receber clientes	Nível 2	26.718	20.880
Outras contas a receber	Nível 2	351	721
		31.03.2016	31.12.2015
Passivos	Nível (*)	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções	Nível 2	35.659	42.360
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	903.812	919.480
Partes relacionadas	Nível 2	467.554	454.261
Verba de fiscalização	Nível 2	1.172	1.072
Outras contas a pagar	Nível 2	505	111

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Riscos de mercado**a) Exposição a riscos cambiais**

Em 31 de março de 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de março de 2016, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas

Notas Explicativas

sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	11,75%	14,69%	17,63%
Juros a incorrer - Partes relacionadas (*)	(54.234)	(67.786)	(81.335)
Receita de aplicações financeiras (*)	6.208	7.760	9.312
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Juros a incorrer - Empréstimos (*)	(67.904)	(84.880)	(101.856)
Total	(115.930)	(144.906)	(173.879)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2016 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$17.496 (R\$13.695 em 31 de dezembro de 2015) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do

Notas Explicativas

exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2016 (após março)	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
BNDES Automático	8,32%	111.672	150.765	152.929	155.123	743.877	1.314.366
Total		111.672	150.765	152.929	155.123	743.877	1.314.366

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2016, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	164.617

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de março de 2016 é de R\$474.125.

Notas Explicativas

27. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 24 de abril de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade, em dinheiro, no valor de R\$15.000, mediante a emissão de 6.170.300 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados nesta data.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Registro - SP

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 11 de maio de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour

Contador

CRC nº 1 SP 156465/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado conselho fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2016.

Registro, 11 de Maio de 2016.

Diretoria

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Eneo Palazzi

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Registro, 11 de Maio de 2016.

Diretoria

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Eneo Palazzi

Diretor Superintendente